

# **"A luta das mulheres é levada nos ossos do peito": Mulheres Camponesas e a luta por direitos no Brasil.**

Caroline Bordalo Araújo.

Cita:

Caroline Bordalo Araújo (2017). *"A luta das mulheres é levada nos ossos do peito": Mulheres Camponesas e a luta por direitos no Brasil. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/4391>



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

“A luta das mulheres é levada nos ossos do peito”: Mulheres Camponesas no Brasil e a luta por direitos no Brasil

Caroline Araújo Bordalo  
carolinebordalo@gmail.com  
PUC-RJ/CEFET-RJ  
Brasil



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### RESUMEN

Este trabalho é parte da minha tese de doutorado que se dedicou a analisar os trinta e cinco anos do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no oeste de Santa Catarina. Aqui, abordo os principais elementos analisados na pesquisa acerca da relação entre os processos políticos que envolveram as primeiras iniciativas de mobilização e organização e o contexto da década de 1980, marcado pelo surgimento de movimentos, partidos políticos, etc. Contudo, não consideramos a emergência dos movimentos de mulheres no campo como um simples “fruto” de uma conjuntura em ebulição e tampouco como desdobramento necessário de uma condição socialmente subordinada. No que tange a dimensão política da vida social, não é possível pensarmos em termos de marco zero, ainda que determinados contextos nos sugiram uma nova conformação das lutas. Se a década de 1980 no Brasil representou de fato um novo período político e assim o devemos considerar quando da análise das diversas formas de ação coletiva, tal hipótese deve ser permanentemente examinada e reexaminada a partir da empiria. Compartilhamos a abordagem de Souza-Lobo segundo a qual a emergência dos movimentos se dá no quadro em que coincidem momentos de formação de identidade de grupo, experiências individuais e coletivas e também a criação e atualização de tradições e culturas por determinada conjuntura. Dito isto, a pesquisa tratou de analisar a ação política das mulheres camponesas a partir de um objetivo primeiro: identificar nexos e processos sociais que possam explicar os caminhos trilhados pelas mulheres camponesas em mais de três décadas de existência. *A luta por direitos* tornou-se o nosso fio condutor dado que, por meio deste eixo, foi possível analisar como se configuram os conflitos que mobilizam as relações sociais de sexo, de classe, raça bem como a hierarquia entre campo e cidade. Assim, é necessária a ruptura com perspectivas que relegam ao rural um lugar secundário nos processos políticos, nos afastando de análises que ‘se surpreendem’ com seu protagonismo sem, contudo, problematizar a concepção dicotômica e eurocêntrica ainda vigente que toma o *rural* como espaço da conservação e do arcaísmo, onde os movimentos sociais figuram como uma espécie de “agentes modernizadores”. Ao contrário, buscamos ampliar nossa concepção de política para que contemplasse o que James Scott denominou como *formas cotidianas de resistência* e como estas formas, conjugadas a outros processos políticos, criam condições para a emergência e a continuidade do movimento de mulheres camponesas. Neste giro, nos baseamos nas teorias decoloniais, nas teorias feministas e dos movimentos sociais. Consideramos a estruturação dos discursos, da identidade, dos processos que permitem o auto-reconhecimento como movimento, a identificação dos interlocutores, as permanências e atualizações de tradições políticas que estruturam as disputas em torno da representação política dos camponeses e camponesas no Brasil.

**Palabras clave:** Movimentos de mulheres rurais; Movimento de Mulheres Camponesas; socialização política



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### ABSTRACT

This work is part of my PhD thesis that focused on analyzing the thirty-five years of the Peasant Women's Movement (MMC) in western Santa Catarina. Here, I discuss the main elements analyzed in the research about the relationship between the political processes that involved the first initiatives of mobilization and organization and the context of the 1980s, marked by the emergence of movements, political parties, etc. However, we do not consider the emergence of women's movements in the field as a mere "fruit" of a boiling economy, nor as the necessary unfolding of a socially subordinate condition. As far as the political dimension of social life is concerned, it is not possible to think in terms of ground zero, although certain contexts suggest a new conformation of the struggles. If the 1980s in Brazil really represented a new political period, and so we must consider it when analyzing the various forms of collective action, such a hypothesis must be permanently examined and reexamined from the empirical period. We share Souza-Lobo's approach according to which the emergence of movements occurs within the framework of moments of formation of group identity, individual and collective experiences, as well as the creation and updating of traditions and cultures by a given conjuncture. That said, the research sought to analyze the political action of peasant women from a first goal: to identify social ties and processes that may explain the paths taken by peasant women in more than three decades of existence. The struggle for rights has become our guiding principle since, through this axis, it was possible to analyze how the conflicts that mobilize the social relations of sex, class, race and the hierarchy between the countryside and the city are configured. Thus, it is necessary to break with perspectives that relegate the rural to a secondary place in political processes, moving away from analyzes that are 'surprising' with their protagonism, without, however, problematizing the dichotomous and eurocentric conception still in force that takes the rural as a space of conservation and archaism, where social movements appear as a kind of "modernizing agents." Rather, we seek to broaden our conception of politics to contemplate what James Scott called everyday forms of resistance and how these forms, coupled with other political processes, create conditions for the emergence and continuity of the peasant women's movement. In this twist, we rely on decolonial theories, feminist theories, and social movements. We consider the structuring of discourses, identity, processes that allow self-recognition as a movement, the identification of the interlocutors, the permanences and updates of political traditions that structure the disputes about the political representation of peasants and peasants in Brazil.

**Keywords:** Rural women's movements; Peasant Women's Movement; Socialization politics



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### I. Introdução

Este trabalho é fruto da minha tese de doutorado e aqui apresento parte das conclusões a que chegamos ao pesquisarmos os movimentos de mulheres rurais no Brasil<sup>1</sup>. Pensar estes processos de mobilização no campo sempre nos coloca a necessidade de romper com dicotomias e identificar os processos sociais que, inclusive, engendram estas classificações. A análise sobre a ação coletiva no campo carrega, por vezes, uma visão dicotômica na qual os movimentos sociais figuram como agentes modernizadores diante do arcaísmo da nossa estrutura agrária. Não seriam somente “sujeitos políticos”, mas sujeitos que tem sua ação direcionada para uma sociedade moderna, rompendo com relações políticas marcadas por laços pessoais. De uma forma geral, trata-se de uma concepção específica de política que, por vezes, não é problematizada sendo apenas assumida como positiva e desejável. Esta observação preliminar nos parece importante na medida em que buscamos superar a visão em que o campo ou o mundo rural tem como característica fundamental o conservadorismo e também para compreendermos a construção de sua ação política em torno da conquista de *direitos*. A ideia de “dois Brasis”, de ambiguidades ou hibridismo, de uma combinação entre relações modernas e atrasadas, sempre reserva ao rural um lugar secundário. Ainda que o debate clássico sobre a natureza das relações sociais no campo tenha sido objeto de intensa análise na Sociologia Brasileira, a literatura que parte dos *movimentos sociais* como objeto acaba por retornar a tais dicotomias.

Nesse sentido, pesquisar a resistência levada a cabo na área rural nos impõe a necessidade de revisões e construção de novos questionamentos. O antropólogo James Scott (2002) nos aponta como aquilo que denominou como *formas cotidianas de resistência camponesa* são fundamentais para se compreender os momentos menos “evidentes” da luta política. Segundo Scott, “em grande medida, pode-se dizer que a historiografia da luta de classes tem sido sistematicamente distorcida em favor de uma posição centrada no Estado”. Os eventos que chamam a atenção são aqueles que o “Estado e as classes dominantes concordam em destacar em seus arquivos.” Ainda que a noção de

---

<sup>1</sup> Bordalo, Caroline. (2017)



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

formas cotidianas de resistência camponesas esteja, na concepção do autor, associada a boicotes, dissimulações, ao “fazer corpo mole”, a sabotagem ou saques, sua crítica é de extrema importância na medida em que nos impõe a observância da diversidade de condições e situações a que está submetido o *campesinato*. No caso das mulheres camponesas, estas formas assumem uma maior importância dado que conformam o substrato político de sujeitos que, até então, não estavam presentes em partidos e sindicatos rurais. Nesse sentido, perguntamo-nos: quais elementos conformam a resistência dessas mulheres? Qual a forma historicamente assumida por esta resistência? Como ela se produz e reproduz ao longo do tempo? Quais sentidos essa luta assume no contexto da política brasileira? Ao longo da tese buscamos expor elementos que apontem uma relação de sentido entre conflitos que, por vezes, são analisados de forma fragmentada: luta por maior igualdade entre mulheres e homens, a luta por terra, por formas mais autônomas de produção de alimentos, pelo seu reconhecimento como trabalhadora rural, pela visibilidade e valorização da sua produção, por fazer-se representar politicamente.

Há de se considerar ainda outro aspecto no que se refere ao estudo do meio rural. De acordo com Lygia Sigaud (1992), o Brasil “rural”, a “agricultura”. A “estrutura agrária”, “o campo” e “a questão agrária” sempre foram definidos por critérios de exclusão, significando o que não é “urbano” e o que não é “industrial”. A depender do período de estudos e debates sobre tais temas, o que a autora ressalta é a importância em se observar a conexão entre o momento de produção de conhecimento e o modo de construção de objetos e procedimentos de análise. Quando eclodem mobilizações de trabalhadores rurais e camponeses ainda na década de 1970 e que se desdobram com enorme vigor na década seguinte, a produção de estudos sobre as organizações, sindicatos e movimentos sociais acompanharam tal ebulição. Contudo, os apontamentos feitos por Bourdieu (1999) acerca da naturalização dos processos sociais e daquilo que se apresenta como problema social em determinado momento do tempo são fundamentais.

Não é possível evitar a tarefa de construir o objeto sem abandonar a busca por esses objetos pré-construídos, fatos sociais separados, percebidos e nomeados pela sociologia espontânea ou “problemas sociais” cuja pretensão a existirem como problemas sociológicos é tanto



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

maior na medida em que têm mais realidade social para a comunidade dos sociólogos. (BOURDIEU, 1999: p. 417)

Seguindo esta orientação, esta pesquisa compreendeu a trajetória das mulheres rurais e dos movimentos aos quais pertencem como parte de processos sociais concretos e diversos, aos quais não cabe supor conexões de causa e efeito no tocante às *relações sociais de sexo* (KERGOAT, 2010) e às formas socialmente legitimadas de representação política num dado momento. Nosso argumento pode ser sintetizado da seguinte forma: os movimentos de mulheres rurais ou camponesas se inscrevem numa longa trajetória de luta por direitos e num campo específico de disputa política marcado pela sistemática tentativa de tutela do campesinato, sempre tomado como ator secundário. Tais direitos referem-se à luta pela legitimidade de sua representação política e protagonismo, ao seu reconhecimento como trabalhadora e à sua luta por igualdade. Logo, a ação política dessas mulheres é marcada por estes elementos sendo impossível apartá-los de sua análise. Evidentemente, estes não são os únicos elementos.

O buscamos demonstrar é o fato de que a ação política destas mulheres não deve ser compreendida em conexão direta e simples com as lutas das mulheres em geral, mas a partir de sua posição inscrita num processo específico de lutas travadas nas áreas rurais. Para tal fim, nossa pesquisa se desenvolveu junto ao Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC-SC), mais especificamente na região oeste do estado, e que já conta com mais de trinta anos de atuação<sup>2</sup>. A formação do Movimento de Mulheres Camponesas em 2004 é visto como a confluência dos inúmeros movimentos de mulheres rurais que surgiram na década de 1980. Diante do exposto, formulamos três questões de trabalho, as quais orientaram a pesquisa: *i*) Os movimentos não são respostas mecânicas às condições de vida e trabalho, mas uma configuração de experiências que mobiliza aspectos estruturais, conjunturais e contingentes. Tais experiências se inscrevem em um contexto que conta com a mudança na composição da força de trabalho rural e urbana (alterando as formas de reprodução social de modo determinante), o desenvolvimento de novas práticas políticas com os movimentos sociais e também da prática sindical. Para tal, consideramos a estruturação dos discursos, da identidade, dos processos que permitem o auto-reconhecimento como movimento, a

---

<sup>2</sup> A pesquisa foi desenvolvida em períodos curtos de trabalho de campo que contemplaram a realização das entrevistas, a participação em atividades de formação, o acesso a materiais produzidos pelo movimento (informativos, cartilhas e relatórios), à possibilidade de conhecer de perto o trabalho das mulheres em suas propriedades.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

identificação dos interlocutores, dos aliados, dos inimigos, as permanências, atualizações, significados e um histórico que não deve ser limitado à década de 1980, ainda que esta represente uma importante inflexão no que se refere ao afluxo de iniciativas de organização. A esse respeito, compartilho a abordagem de Souza-Lobo (2011) segundo a qual a emergência dos movimentos se dá no quadro de um campo em que coincidem momentos de formação de uma identidade de grupo, experiências individuais e coletivas da vida política, tradições e culturas atualizadas pela conjuntura. (P.180); *ii*) Não se pode corroborar a noção de especificidades como se, paradoxalmente, essas fossem capazes de universalizar a experiência subalterna das mulheres independente do seu contexto sócio-histórico. O desejo de universalização e da criação de afinidades entre condições tão diversas encontra na noção de especificidade<sup>3</sup> uma falsa solução pois, ao contrário, tende a associá-la à maternidade ou funções familiares. Além do isolamento de uma relação de dominação que, a nosso ver, é incapaz de ser explicada descolada de outras práticas, incorre em naturalização, essencialismo ou num olhar transhistórico. Ao mesmo tempo, situar tal experiência nos impõe a construção de um olhar que abarque relações e práticas sociais que a engendram. Nesses termos, as práticas das mulheres rurais não devem ser percebidas a partir da perspectiva que busca identificar especificidades, e sim como práticas próprias de uma parte da classe trabalhadora que é heterogênea, constituída por uma diversidade de grupos e que estabelecem relações complexas entre si. As reflexões de Elizabeth Souza-Lobo são norteadoras desta proposição. Ao olharmos as mulheres agricultoras ou as mulheres camponesas, não privilegiaremos uma ou outra categoria, e sim como estas se inscrevem nas relações sociais de sexo e nas relações de classe; *iii*) A terceira e última questão é um desdobramento das duas anteriores. Se tais movimentos não serão aqui percebidos como expressão de tomada de consciência de uma condição social marcada por relações de dominação, esta traduzida na forma de pautas “específicas” e, tampouco apenas como fruto de uma conjuntura política favorável ao seu surgimento, tomamos as formas de representação política em disputa como um aspecto fundamental para compreendermos tais movimentos a partir das dimensões que destacamos em cada hipótese. Quando observamos que existe mais do que a

---

<sup>3</sup> A noção de especificidade é largamente utilizada na literatura dedicada ao tema para traduzir o conflito experienciado pelas mulheres. O conceito de *gênero*, por exemplo, caminharia nesse sentido ao nos auxiliar na identificação de processos históricos onde relações de dominação reproduzem uma condição de subordinação.





## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

emergência de movimentos de mulheres rurais, mas de delineamentos bem marcados em relação ao diálogo com o Estado, devemos nos deter sobre este ponto e analisar como ele se reverte para os mecanismos de composição e construção permanente destes movimentos.

### II. Marco teórico

A luta pelo direito de ser reconhecida como *trabalhadora* é um ponto importante dado que em torno dela se erigem os movimentos de mulheres no Brasil. Autoras como Anita Brumer (2004) e Maria Ignez Paulilo (1987) têm demonstrado como se constroem as classificações e a hierarquia nas relações de trabalho no campo brasileiro onde a distinção entre trabalho “leve” e trabalho “pesado” incide diretamente na conformação da desigualdade social, política e econômica. Tal distinção sexual e social é deflagradora da invisibilidade das atividades realizadas pelas mulheres rurais, tornando-se um duro obstáculo a ser quebrado na luta pelo seu reconhecimento como *trabalhadora*. Ou seja, tanto o caráter irregular e sazonal da sua inserção bem como esta distinção hierarquizada das práticas laborais no meio rural conformam parte significativa da experiência das mulheres rurais. Ambas ressaltam que esta distinção varia de acordo com o sexo do trabalhador e com as condições de exploração da terra em cada região do país, mas é invariável a convicção de que o trabalho feminino (percebido muitas vezes como *ajuda*) é de menor importância e, portanto, não deve ser remunerado da mesma forma. Nesses termos, consideramos que a divisão sexual do trabalho é um elemento importante para nossa análise.

Porém, tal importância não se dá pelo esquadramento das relações de trabalho na região estudada, mas a partir da análise da forma como esse elemento se apresenta nos processos de organização e de construção da legitimidade das pautas apresentadas pelas próprias mulheres rurais. Esta distinção traduz a adoção de uma perspectiva teórica que busca se afastar da identificação direta entre demanda e constituição de movimentos sociais. O oeste catarinense é marcado pela colonização de imigrantes alemães e italianos e, por essa razão, possui características específicas acerca da utilização da terra, das formas tradicionais de herança e de titulação. Não obstante, nos interessa abordar como estes aspectos se transformam em pauta reivindicatória aglutinadora das



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mulheres daquela região. Nesse sentido, consideramos que os movimentos de mulheres rurais no Brasil surgem como um ator que agrega dimensões amplas desse processo de transformação social e nos demanda tal reorientação de perspectiva. No que refere-se ao conceito apresentado em contraposição ao de uso corrente na literatura – *gênero* – utilizou-se nesta pesquisa o conceito de *relações sociais de sexo*, pois compreendemos que ele nos possibilita relacionar conflitos inscritos na estrutura social sem que tomemos, de antemão, a separação entre o que seriam conflitos de *classe, raça e gênero*. Podemos dizer que uma das virtudes do conceito de *relações sociais de sexo* consiste na adoção de uma perspectiva materialista, histórica e dinâmica dos fenômenos sociais. A utilização do conceito de *gênero* nos levaria a estabelecer uma distinção a priori entre fenômenos que aqui estamos considerando de forma *coextensiva*, isto é, completamente distante de tal concepção. Isso significa tratar as relações sociais de sexo como consubstanciais e coextensivas. (Kergoat, 2010) A busca por novos instrumentos de análise é fundamental para compreendermos de forma mais abrangente as dimensões presentes nos movimentos de mulheres e que abrangem aspectos da divisão social e sexual do trabalho, de classe e às formas de resistência. Nestes termos, os conceitos de *consustancialidade* e *coextensividade* rompem com paradigmas que respondem a essa complexidade a partir da utilização de noções como articulação, imbricação, adição, intersecção e multiposicionalidade. É nesse sentido que as noções de *consustancialidade* e *coextensividade* nos parecem pertinentes para a compreensão do universo dessas mulheres que são também trabalhadoras rurais, agricultoras, camponesas.

Esta forma de construir o problema a ser investigado nega a existência de uma contradição fundamental a partir da qual outras surgiriam e, portanto, nenhuma relação social é considerada primordial. Assim, práticas sociais, relações sociais e identidade formam uma composição intra e intersistêmica, desnaturalizando as construções que se baseiam na diferenciação das desigualdades sem perder a dimensão concreta das relações sociais. Durante a pesquisa anteriores, percebi que os estudos sobre estes movimentos problematizavam teoricamente a desigualdade de gênero e a mobilização por meio da categoria “movimento social” e, ao fim, reificavam outras categorias sociológicas fundamentais como *trabalho, representação política* e a identidade de *trabalhadoras*. Ao nos dedicarmos às *mulheres camponesas*, seguimos com a mesma preocupação teórico-



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

metodológica. Coextensividade, portanto, implica em escapar de reificações apontando, ao contrário, o dinamismo das relações sociais. Ao invés de pressupor uma hierarquia de contradições e buscar relacioná-las *a posteriori*, impõe-se a necessidade de se historicizar as relações sociais a fim de se perceber permanências e transformações bem como o princípio de seu funcionamento.

Considerar a divisão sexual do trabalho como forma de hierarquia e valorização desigual nos impele de imediato a considerar formas de resistência inscritas no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, a qual reservou um lugar específico ao rural, frequentemente subalternizado e desconhecido. Por esse viés, temos uma maior observância dos impactos do avanço tecnológico no campo e da sua devastação não apenas sobre o meio ambiente e também sobre as relações de trabalho. Seguindo essa perspectiva, as relações de trabalho no meio rural e as resistências que, por vezes, assumem uma diversidade de características a depender do contexto, tornam-se opacas e nos deparamos então com a dificuldade de compreender a “natureza” de fenômenos que irrompem em longos ciclos organizativos. A divisão sexual do trabalho está na base do acesso diferenciado a recursos, a tempo para dedicação ao trabalho e ao tempo livre, a experiências distintas e ao desenvolvimento de aptidões que se convertem em alternativas. (Biroli: 2014) A natureza dessa divisão, isto é, como as hierarquias de sexo e a estrutura capitalista se tornaram uma só, é objeto de um amplo debate<sup>4</sup>. Sem buscar a origem das opressões para depois desvendar seus vínculos, Federici (2015) aponta que a exploração das mulheres ocupou um lugar central no processo de acumulação capitalista na medida em que elas são a produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho. O que a autora vai denominar como “o grande segredo” é a naturalização do trabalho feminino, ou sua ocultação, como forma de manutenção e reprodução de relações de exploração que envolve desde o desenvolvimento de mecanismos e técnicas de controle sobre o seu corpo como a redefinição das tarefas e funções desempenhadas por homens e mulheres.

---

<sup>4</sup> Sobre as distintas abordagens dessa questão ver Miguel (2014) e Federici (2015)



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### III. Análise e discussão dos dados

Como apresentamos anteriormente, a perspectiva apontada por Kergoat (2010) para se pensar as diversas formas de dominação por meio de noções como *consubstancialidade* e *coextensividade*, na tese aliamos esta problematização com a dimensão organizativa e as formas de construção de um ator político. Desse modo, estamos articulando dois eixos de análise a fim de contemplar nossos objetivos. Durante a década de 1980, a emergência de um movimento formado exclusivamente por mulheres encontrará duas justificativas que, juntas, formam a base para explicar estes movimentos. Primeiro, a inabilidade do sindicalismo e dos movimentos em absorver suas pautas. Em segundo lugar, a identificação entre a condição subordinada da mulher rural e a legitimidade de suas lutas. Por esse caminho, ao mesmo tempo em que a noção de *autonomia* em relação às organizações mistas (sindicatos e movimentos sociais) será ressaltada por tais movimentos, é necessário perceber que estes processos organizativos são complexos e emergem de uma teia de relações que não são formadas apenas por mulheres rurais ou urbanas, mas por um conjunto de organizações políticas. A esse respeito, Souza-Lobo (2011) afirma que a discussão acerca da emergência dos movimentos de mulheres no Brasil tem obedecido a uma codificação simplificadora que tende a enfatizar tais movimentos como vinculados à ascensão dos movimentos populares a partir de 1975 ou às influências do movimento feminista nacional e internacional.

Alerta a autora para o fato de que estas não são relações de causa e efeito e nem sempre relações de conhecimento. Tampouco podemos compreendê-los como efeito mecânico das necessidades das mulheres, simples resposta ao fechamento do espaço político tradicional ou resultado de estratégias políticas. Longe de ser um processo linear, a emergência dos movimentos de mulheres expressa a diversidade de experiências cuja heterogeneidade nos impossibilita qualquer generalização *a priori* acerca de suas origens e causas primeiras. Por esta razão, somos sempre obrigados a “abrir parênteses e explicar subcategorias” (SOUZA-LOBO, 2011). Assim, esse caminho longo e acidentado trilhado pelos movimentos de mulheres nos revela a necessidade de se conciliar as dimensões que envolvem o seu cotidiano e as possibilidades locais de resistência,



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

engajamento e organização com este cenário político mais amplo. Como sugere Souza-Lobo (2011), só há movimento onde ocorre a agregação e o sentimento da experiência comum e, portanto, “seu processo de construção não é separável em fatores internos, ou externos, mas remete à articulação de experiências consumindo um coletivo.” (p.226) No que se refere às mulheres rurais e suas iniciativas de organização política, compreendê-los significa buscar situá-los em um processo amplo.

Longe de significar certo espontaneísmo contra toda nossa tradição marcada muito mais pelo autoritarismo do que por experiências democráticas, os movimentos de mulheres rurais – *trabalhadoras* ou *camponesas* – demonstram que a formação de frentes e estratégias de luta, as formas cotidianas de resistência e de organização confluíram para uma dimensão em que a conquista de *direitos* representou uma importante inflexão das lutas no meio rural incidindo sobre a forma como se compreende a divisão sexual e suas conexões com as variações da nossa estrutura agrária, com as formas de acesso à terra e longa construção do campesinato como sujeito político. Por não insistirmos em polaridades na reflexão sobre a ação política das mulheres (novos x velhos, avançados e atrasados, autônomos x institucionalistas) indicamos que, mais do que sugerir uma “pluralidade de sujeitos”, suas experiências evidenciam a rede geralmente submersa quando enfatizamos somente uma expressão do conflito bem como nos indica a complexa dinâmica inscrita na relação com o Estado.

No que tange ao contexto da pesquisa, temos características bem marcadas pelo tipo específico de colonização, estruturação das relações de trabalho e uso da terra na região sul. Paulilo (2007) e Brumer (2004) apontam que há, no sul do Brasil, principalmente nas antigas regiões de colonização italiana e alemã, um padrão a respeito da sucessão nas propriedades rurais. Tal padrão comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdam a terra enquanto as mulheres se tornam agricultoras por meio do casamento. Na herança da terra elas sempre correm o risco de serem alijadas pois, como a herança está associada ao pagamento de serviços prestados na terra, o alijamento das mulheres significa que seu trabalho não é reconhecido como tal. O padrão de herança igualitária pode surgir quando a terra não tem mais importância como meio de produção para os filhos ou quando os pais têm propriedades grandes. Ainda assim,



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ambas as autoras afirmam que se for preciso excluir alguém, as mulheres são as primeiras a serem escolhidas. Elas são sempre consideradas como “filhas ou esposas de agricultor”, termo que identifica tanto as que trabalham nos campos e as que não o fazem. Também quando a terra pertence à mulher por herança, é o marido considerado o responsável. A pesquisa junto às mulheres camponesas indica a impossibilidade de se compreender as formas assumidas como política e que orientam as suas ações para uma “aposta política”, isto é, uma ação organizada e direcionada compreendida como *fazer política*, sem articular a divisão sexual e as formas que estruturam as relações de trabalho em determinada região. Assim como se torna imprescindível à análise, tratar das formas de organização que permitem aos grupos sociais subordinados ferramentas de interpretação da realidade, a conjunção de experiências de resistência e a sua incidência nas relações sociais capazes que são tanto de reproduzir velhas práticas como de criar potencial de mudanças significativas.

### IV. Conclusões

Dado os limites deste trabalho, nos restringimos à apresentação da perspectiva de análise desenvolvida durante a pesquisa indicando seus principais eixos: o caminho da luta por direitos, a construção de um movimento e os sentidos atribuídos à noção de *autonomia*, a coextensividade de conflitos que estruturam as relações sociais e nos permitem relacionar elementos geralmente investigados de forma separada, a subordinação do rural ao urbano na teoria sociológica; a importância das formas cotidianas de resistência em cada configuração e a sua correlação com os impulsos organizativos. Não foi possível, portanto, nos aprofundar em cada questão levantada. A pesquisa junto aos movimentos de mulheres nos indicou a necessidade de uma reorientação teórico-metodológica e a ampliação do escopo analítico. Assim, Quando chamamos a atenção para a socialização política como um *locus* privilegiado para a análise, consideramos que esta pode se dar em espaços reconhecidos tal como Cappellin (1987) nos apresentou em seus estudos sobre as sindicalistas rurais assim como em espaços que passam a ser percebidos desta forma. Em um trabalho anterior no sertão pernambucano, busquei demonstrar como os processos de socialização



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

política também não obedeciam a nenhuma direção que pudesse de antemão ser presumida pelo pesquisador. (Bordalo, 2011) Ainda que fosse possível observar a correlação entre o parentesco, as trajetórias das militantes e o trânsito entre organizações (outros movimentos e partidos políticos das mais diversas legendas) como um fator fundamental para a explicação do seu engajamento em determinada concepção do que é *fazer política*, esta não poderia ser traduzida como expressão de tutela ou de atraso por estar supostamente atrelada à estrutura sindical. No caso do oeste de Santa Catarina, temos uma configuração distinta, mas que segue a mesma dinâmica em relação à socialização. Após a consolidação dos movimentos de mulheres rurais já não podemos tratar como se estes representassem um espaço de formação para que as mulheres atuassem em outras organizações ou através da sua relação com o Estado. Ampliando o espectro da nossa análise, a consequência de trinta anos de organização incide sobre as relações cotidianas e internas à unidade familiar, dado que estamos lidando com uma forma de trabalho que une família e terra por meio do regime de colonato.

E, considerando que a conquista de direitos representou a construção de uma concepção de luta e de política nas áreas rurais, devemos observar também que a sua não efetivação plena nos impõe algumas questões. Nesse sentido, a *luta por direitos* assume a face de um conflito exposto, de transformação gradual, capaz de aglutinar sujeitos políticos e, de forma sutil e menos evidente, reproduzir elementos de tradições políticas forjadas na relação com o Estado (seja pela estrutura sindical seja por meio de movimentos) e da cultura política local assim como indicar transformações em ambas a partir do acúmulo de experiências e das possibilidades de resistências mais ou menos organizadas. Tais *sentidos*, localizados em períodos reconhecidos como uma espécie de “gênese” de um campo ético-político mais abrangente assim como em *formas cotidianas de resistência* constituintes dos diversos tipos de conflitos existentes no meio rural brasileiro, nos indica que o campesinato, ou mais especificamente, o movimento de mulheres camponesas, longe de ser um ator secundário, tem sido capaz de ampliar os lugares do *político*.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

## **VI. Bibliografía**

BORDALO, Caroline A. “A luta das mulheres é levada nos ossos do peito”: *Mulheres Camponesas em Santa Catarina e o caminho da luta por direitos*. Tese de Doutorado. PUC-RJ, 2017.

\_\_\_\_\_. *Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco*. Dissertação de mestrado. CPDA UFRRJ, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

CAPPELIN, Paola. *Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste 1976-1986*. UFPB: Fundação Carlos Chagas, 1987.

FEDERICI, Silvia. *Calibán y La bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originária*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015

MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PAULILO, Maria Ignez Paulilo. *Movimentos de mulheres agricultoras e empoderamento no Brasil*. (2007). Mimeo.

\_\_\_\_\_. *O Peso do Trabalho Leve*. Revista Ciência Hoje- nº 28, 1987.

KERGOAT, Danièle. *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais*. Novos estudos. - CEBRAP Nº 86 São Paulo. Março. 2010.

SCOTT, James. *Formas cotidianas da resistência camponesa*. Publicado em Raízes. Vol 21. Nº01, jan-junho de 2002

SIGAUD, Lygia. *Para que serve conhecer o campo*. In: MICELI, Sérgio. (org) *Temas e Problemas de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.